



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Aquisição de medicamentos destinados ao cumprimento de decisões judiciais.

### 2. DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E VALORES

2.1 As especificações, quantidades e valores são as constantes abaixo, sendo parte integrante do edital convocatório.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Itens	Valor unitário	Valor total
1	15	frs	Alphagan 0,2% frasco 5ml, tem que ser referência.	R\$ 70,1033	R\$ 1.051,5495
2	500	comp	Alprazolam 1mg.	R\$ 1,2309	R\$ 615,4500
3	1500	comp	ARIPRAZOL, 10 MG	R\$ 3,8389	R\$ 5.758,3500
4	1500	comp	Baclofeno 10 MG	R\$ 0,9320	R\$ 1.398,0000
5	15	frs	Budesonida 32 mcg, frs. c/ 120 doses	R\$ 19,2083	R\$ 288,1245
6	15	cx	Budesonida 400 mcg, cápsula pó inalante, com inalador - 60 doses	R\$ 59,5625	R\$ 893,4375
7	2000	comp	Carbamazepina CR 400mg (Tegretol CR).	R\$ 2,1370	R\$ 4.274,0000
8	1000	comp	Cilostazol 100mg	R\$ 1,1054	R\$ 1.105,4000
9	15	cx	Citrato de potássio 5mEq (540mg), caixa com 60 comp.	R\$ 36,8533	R\$ 552,7995
10	50	cx	Clobazam 10mg, cx com 20cp	R\$ 13,1425	R\$ 657,1250
11	500	comp	Cloridrato de ciclobenzaprina 10 mg	R\$ 1,0782	R\$ 539,1000
12	15	frs	Cosopt colírio, frasco com 5 mL.	R\$ 107,7200	R\$ 1.615,8000
13	1500	comp	Cumarina + Troxerrutina (Venalot).	R\$ 1,4296	R\$ 2.144,4000
14	500	comp	Divalproato de sódio 500mg (depakote ER)	R\$ 2,2353	R\$ 1.117,6500
15	15	frs	Escitalopram 20mg/ml- 15ml	R\$ 70,9875	R\$ 1.064,8125
16	500	comp	Ezetimiba + Sinvastatina 10/40mg	R\$ 6,7578	R\$ 3.378,9000
17	30	frs	FLUOXETINA, 20 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTAS FRASCO 20 ML	R\$ 32,6675	R\$ 980,0250
18	30	frs	Formoterol + budesonida 12/400mcg	R\$ 117,2367	R\$ 3.517,1010
19	120	cx	Frisium 10mg, cx com 20cp (tem que ser medicamento de referência)	R\$ 13,5000	R\$ 1.620,0000
20	500	caps	Glicosamina 500mg + Condroitina 400mg	R\$ 1,6575	R\$ 828,7500
21	15	frs	Hialuronato de sódio 1,5 mg colírio	R\$ 38,7567	R\$ 581,3505
22	3000	comp	Imipramina, cloridrato 25mg	R\$ 0,4922	R\$ 1.476,6000
23	300	frs	Insulina degludeca 100U/ML refil c/3mL	R\$ 125,7733	R\$ 37.731,9900
24	300	frs	Insulina Humalog lispro refil 3mL	R\$ 36,6380	R\$ 10.991,4000
25	300	frs	Insulina Humalog mix 25, refil com 3mL	R\$ 58,0910	R\$ 17.427,3000





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

26	2000	comp	Lamitor 100 mg (tem que ser o medicamento referência)	R\$ 8,0492	R\$ 16.098,4000
27	500	comp	Lisdexanfetamina 30mg	R\$ 6,6567	R\$ 3.328,3500
28	500	comp	Lisdexanfetamina 70mg	R\$ 9,1681	R\$ 4.584,0500
29	2000	comp	Metilfenidato 20mg (Ritalina LA)	R\$ 7,0713	R\$ 14.142,6000
30	1000	comp	Metilfenidato 40mg (Ritalina LA).	R\$ 7,7946	R\$ 7.794,6000
31	1000	comp	Metoprolol succinato 100mg	R\$ 2,2752	R\$ 2.275,2000
32	1000	comp	OLANZAPINA, 10 MG	R\$ 12,0374	R\$ 12.037,4000
33	1000	comp	Olmesartana 20mg.	R\$ 1,0365	R\$ 1.036,5000
34	1000	comp	Oxcarbamazepina 600 mg (Apenas Marca Trileptal)	R\$ 4,4803	R\$ 4.480,3000
35	1500	comp	Oxcarbazepina 300 mg (Apenas Marca Trileptal)	R\$ 2,3378	R\$ 3.506,7000
36	2000	comp	Oxcarbazepina 600mg	R\$ 2,9250	R\$ 5.850,0000
37	15	frs	Saniskin loção 200ml	R\$ 48,4467	R\$ 726,7005
38	500	comp	Solifenacina 10mg	R\$ 4,4481	R\$ 2.224,0500
39	1500	comp	Sulpirida 50mg	R\$ 0,5695	R\$ 854,2500
40	2500	comp	Tegretol 200mg (tem que ser referência)	R\$ 0,9546	R\$ 2.386,5000
41	1500	comp	Tegretol 400mg tem que ser o referencia)	R\$ 1,9988	R\$ 2.998,2000
42	500	comp	Valsartana 320mg + Anlodipino 5mg	R\$ 3,4947	R\$ 1.747,3500
43	1000	comp	Venlafaxina 75mg, lib. Simples	R\$ 2,0272	R\$ 2.027,2000
44	15	frs	Vilanterol + Umeclidínio 62.5/25mcg	R\$ 293,7200	R\$ 4.405,8000
45	2000	comp	Vildagliptina + metformina 50/850 mg	R\$ 1,6066	R\$ 3.213,2000
46	4000	comp	Vildagliptina +metformina 50/1000mg (galvus met)	R\$ 2,3860	R\$ 9.544,0000
47	1000	comp	Vitamina C + Zinco efeverscente ( 1G com 10 comprimidos).	R\$ 1,3025	R\$ 1.302,5000
					R\$ 208.173,2655

2.2 O preço máximo aceito pela Contratante para o referido objeto, referente aos itens estipulados neste termo de referência são os constantes no quadro acima.

2.3 As empresas vencedoras dos lances propostos deverão, ao apresentar a proposta readequada, obedecer ao preço máximo que o Município se propõe a pagar, por item, sob pena de desclassificação.

2.4 O Município se resguarda no direito de solicitar a quantidade desejada dos itens solicitados, não podendo a licitante vencedora exigir quantidade mínima para entrega dos produtos.

## 2.5 NATUREZA DO OBJETO

2.5.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

## 2.6 FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.6.1 A Contratada deverá ser selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônico, através de Sistema de Registro





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

de Preços.

### **3. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar.

### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o cumprimento de decisões judiciais que determinam ao Município de Palhoça o fornecimento de medicamentos a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o atendimento individualizado e contínuo das determinações emanadas pelo Poder Judiciário.

As demandas judiciais possuem caráter obrigatório e, em regra, exigem atendimento imediato e ininterrupto, sob pena de aplicação de medidas coercitivas, tais como bloqueio ou sequestro de valores das contas públicas. Situações dessa natureza podem gerar impactos relevantes na execução orçamentária e na gestão administrativa do Município, além de comprometer a continuidade das políticas públicas de saúde.

Ressalta-se que os medicamentos objeto dessas decisões, em sua maioria, não integram a padronização da rede municipal de saúde ou não se encontram disponíveis em estoque regular, o que inviabiliza seu atendimento por meio dos fluxos ordinários da Assistência Farmacêutica. Dessa forma, torna-se necessário estabelecer mecanismo que permita a aquisição ágil e segura desses itens, garantindo o fornecimento tempestivo aos pacientes e evitando prejuízos à continuidade dos tratamentos.

Nesse contexto, dentre as alternativas avaliadas, optou-se pela realização de processo licitatório para registro de preços visando a aquisição dos medicamentos para cumprimento das decisões judiciais. O sistema de registro de preços mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, pois possibilita a aquisição dos itens de forma parcelada e conforme a necessidade, característica compatível com a natureza imprevisível e variável das demandas judiciais.

Dessa forma, a contratação pretendida configura-se como medida necessária e adequada para garantir o cumprimento das decisões judiciais, preservar a continuidade da assistência aos pacientes e assegurar a observância do dever constitucional do Município de promover o direito fundamental à saúde, conforme disposto no art. 196 da Constituição Federal.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

## **5. DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

5.1 A realização de licitações exclusivas para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte está prevista na Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2.209/2017. Ambos dispositivos legais determinam que os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

5.2 Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) nas contratações públicas, avaliou-se a possibilidade de aplicação dos benefícios previstos nos processos de contratação.

5.3 No entanto, no presente caso, o tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), especificamente por meio de licitação exclusiva ou pela destinação de cota reservada, não se mostra aplicável. Conforme análise de mercado e experiência de certames anteriores deste Município, verifica-se a reduzida participação de empresas enquadradas como ME/EPP no fornecimento dos medicamentos que compõem o objeto da contratação, não sendo possível assegurar a existência do mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados nessas categorias, sediados local ou regionalmente e capazes de atender às exigências do certame. Nessas condições, a adoção de tais benefícios poderia restringir a competitividade, aumentar o risco de fracasso de itens e comprometer o atendimento das demandas judiciais. Assim, nos termos do art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se a não aplicação de licitação exclusiva ou de cota reservada no presente processo.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

## **7. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

7.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata,





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

podendo ser prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 8.1 DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE QUALIDADE DO PRODUTO

<b>AMOSTRA</b>	
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>PROSPECTO</b>	
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>LAUDO LABORATORIAL</b>	
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>PROVA DE CONCEITO</b>	
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>OUTROS</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
Registro na ANVISA	

#### 8.1.1 Entende-se por:

- Amostra: apresentação de amostra de produto para ser testado pela Contratante.
- Prospecto: ficha técnica que descreve características do produto para conferência conforme descrição da Contratante.
- Laudo laboratorial: laudo emitido por laboratório credenciado para comprovação das especificações técnicas.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- Prova de conceito: análise, realizada pela Contratante, para avaliar a adequação da solução proposta pelo licitante às exigências do edital (características, qualidade, funcionalidade, desempenho e similares).
- Outros: registro da ANVISA, certificado de aprovação no Ministério do Trabalho, entre outros.

## 8.2 DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

8.3 A Pregoeira encaminhará à Superintendência de Assistência Farmacêutica, da Secretaria Municipal da Saúde, planilha contendo a relação dos medicamentos, nome das empresas participantes melhores classificadas, número de registro, marca cotada, demais documentos de qualificação técnica, objetivando à análise dos registros.

8.4 A apresentação das documentações em desacordo com este termo, implicará na automática reprovação do item.

8.5 A documentação será analisada pela servidora Camila Silva Conti, farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, a qual observará as especificações descritas para cada medicamento. As documentações que não atenderem as especificações, serão reprovadas.

8.6 Após a análise das documentações a Superintendência de Assistência Farmacêutica emitirá Laudo de Avaliação.

## 8.7 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

### 8.7.1 Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
  - f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
  - i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
  - j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
  - k) Ato de autorização para o exercício da atividade contratada sujeita à autorização, expedido pelo órgão competente nos termos da lei.
  - l) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

#### 8.7.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”) em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99.

#### 8.7.3 Habilitação Econômico- Financeira:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

#### 8.7.4 Qualificação Técnica:





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- a) Apresentar Alvará Sanitário do licitante, emitido pelo órgão sanitário do estado ou do município em que o licitante se localize, dentro do prazo de validade e compatível com o objeto contido neste instrumento.
- b) Autorização de funcionamento da empresa licitante, correspondente ao objeto, emitida pelo Ministério da Saúde, nos termos do artigo 2º da Lei 6.360 de 23/09/76, válida na data limite de apresentação da documentação prevista neste termo “A autorização é estendida à filial nos casos de concessão de AFE para empresas que trabalham com cosméticos e saneantes, mas não para empresas que trabalham com produtos para a saúde (por entendimento da Diretoria Colegiada da Anvisa, baseado em interpretação da Lei nº 9.782/1999). A Diretoria Colegiada da Anvisa (Dicol) decidiu, em reunião realizada em 22/02/2010, que empresas de produtos para a saúde devem possuir AFE para cada estabelecimento”
- c) Não poderão ser aceitos protocolos ou outros documentos, senão os supracitados, exceto para mudança de endereço e/ou do responsável técnico;

## 9. REQUISITOS DA PROPOSTA

9.1 Conter a indicação de uma única marca e fabricante, nº do registro no Ministério da Saúde do medicamento cotado, sem prejuízo da indicação de todas as características do objeto cotado, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.

9.2 Conter preços unitários e preço total dos medicamentos, em moeda nacional, permitido até quatro casas decimais após a vírgula, sendo que no valor total será considerado apenas duas casas decimais, qual deverá ser indicado em algarismos, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por item.

9.3 Na proposta escrita deve conter a indicação de uma única marca e fabricante, e o número completo do registro do medicamento, que é composto por 13 dígitos, o primeiro dígito à classificação do produto, demais dígitos constantes no número de registro, se referem à Autorização de Funcionamento de Empresa — AFE (quatro primeiros dígitos), ao produto (quatro próximos dígitos), à apresentação do produto (três próximos dígitos) e ao código verificador (último número), emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade.

Exemplo:

Apresentação





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

[1.2700].{0002}.(001-9)

↑      ↑

AFE    Produto

9.4 A apresentação na proposta do número do registro dos medicamentos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dispensa a apresentação de documento físico.

9.5 Para os medicamentos que estiverem com o certificado de registro vencido, o proponente deve apresentar, o registro vencido, juntamente com o protocolo solicitando a revalidação do registro, desde que requerido no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, conforme artigo 12 do § 6º da Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976.

9.6 Caso o medicamento cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o medicamento de registro.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **10.1 Condições de entrega**

10.1.1 O fornecimento será a partir do recebimento efetivo da ordem de compra empenhada e expedida pela Secretaria solicitante

10.1.2 O prazo de entrega dos itens será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da ordem de compra, pela Contratada, podendo este ser prorrogado a critério da Contratante, caso seja apresentado motivos que comprovem a prorrogação.

10.1.3 Os itens deverão ser entregues e depositados no Almoxarifado de Medicamentos, situado na Rua João Born, 1830 – Centro – Palhoça/SC, em dias úteis, no horário compreendido das 13:00 às 18:00 horas, de forma a possibilitar a totalidade da entrega no mesmo dia.

10.1.4 A entrega dos itens solicitados deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, onde deverá constar nome dos itens, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, de modo a viabilizar a conferência, juntamente da nota fiscal e certidões negativas de débito (INSS, FGTS, CND Estadual, CND Municipal, Dívida Ativa da União e Certidão Simples Nacional).

10.1.5 Os itens desta contratação devem ser entregues em conformidade com as condições estabelecidas neste termo.

10.1.6 Caso a Contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao Setor de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde,





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

solicitação de prorrogação de prazo de entrega, do qual deverá constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega. Maiores informações pelo fone: (48) 3047-5556.

- 10.1.7 A comprovação de que trata o item anterior deverá ser promovida não apenas pela alegação da Contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejar o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, boletim de ocorrência de sinistro, ou outro equivalente.
- 10.1.8 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Contratante na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à Contratada da decisão proferida.
- 10.1.9 Em caso de negação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.
- 10.1.10 Sempre que houver impossibilidade de atendimento com marca do produto contemplado na ata, caberá a empresa fornecedora comunicar imediatamente a Secretaria solicitante e oferecer marcas alternativas, por escrito, ficando a critério da Secretaria de Saúde aceitar ou não a substituição.
- 10.1.11 A comprovação de que trata o item anterior deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa Contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.
- 10.1.12 O material cotado deve estar de acordo às normas legais vigentes, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade a que se destina, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e deve ser entregue em sua embalagem original e inviolada, onde contenha dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- 10.1.13 Os itens deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação.

## **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **11.1 Fiscal(is) do Contrato**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

11.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.1.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

- a. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- b. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- c. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- d. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.1.3 A fiscalização do objeto do contrato será exercida por um servidor representante da Contratante, qual seja, o Sra. Camila Silva Conti, Superintendente da Assistência Farmacêutica, neste ato denominado(a) Fiscal do respectivo Contrato.

11.1.4 Demais cláusulas de fiscalização do contrato encontram-se pormenorizada no contrato/ata.

## **11.2 Gestor(es) do Contrato**

11.2.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

11.2.2 A gestão do contrato deverá ser acompanhada pelo(s) gestor(es), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- a. Apoio aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste do contrato;
- b. Acompanhar a vigência dos contratos;
- c. Apoio nas eventuais alterações contratuais;
- d. Acompanhar a inserção dos dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- e. Outras atividades compatíveis com a função.

11.2.3 A gestão do objeto do contrato será exercida pela Superintendência Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde Palhoça.

11.2.4 Demais cláusulas de gestão do contrato encontram-se pormenorizada no contrato.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

12.1 O recebimento do objeto será de responsabilidade da Secretaria solicitante e será realizada da seguinte forma:

12.1.1 Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito de fabricação, sem a qualidade exigida, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito. Neste caso serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório, e o reinício de contagem dos prazos;

12.1.2 Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, após verificação de que os materiais foram realizados de acordo com as condições e as especificações do termo de referência;

12.2 Os materiais entregues em desacordo como especificado neste instrumento convocatório, na proposta do adjudicatário e/ou na amostra será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a substituí-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação oficial feita pela Secretaria solicitante, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

12.3 Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

12.4 Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

12.5 No caso de consideradas insatisfatórias as condições do bem recebido provisoriamente, será





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

lavrado termo de recusa assinado por responsável designado pela Secretaria solicitante, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser refeito.

12.6 Após a notificação à Contratada, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

12.7 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á e satisfeitas as seguintes condições:

12.7.1 Quantidades em conformidade com o estabelecido na Ordem de Compra.

12.7.2 Material embalado, acondicionado e identificado de acordo com a especificação técnica.

12.7.3 Entregar os produtos no prazo, local e horários previstos no termo de referência.

12.8 Caso a entrega do bem não ocorra no prazo determinado, estará à Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções prevista no edital e seus anexos.

12.9 Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á termo de recebimento definitivo, assinado por responsável designado pelas secretarias o licitante, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal.

12.10 Após a entrega da Ordem de Compra, será designado, conforme ocaso, um servidor, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratuais;

12.11 O responsável designado pelas secretarias o licitante anotar-á em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

12.12 Pagamento

12.12.1 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os materiais, laudos técnicos, certidões negativas de débitos, sendo identificado e efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

12.12.2 A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

12.12.3 A nota fiscal deverá vir obrigatoriamente com valor de retenção de imposto de renda destacando, conforme Decreto Municipal nº 3242/2023 e IN 002/2023/SMF.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- 12.12.4 Aos fornecedores isentos de retenção de imposto de renda, a Nota Fiscal deverá vir acompanhada da declaração de isenção, conforme está estabelecido no ANEXO II, da IN 002/2023/SMF.
- 12.12.5 As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país.
- 12.12.6 O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 12.12.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da proponente incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.
- 12.12.8 Os valores para faturamento serão os valores negociados após efetivação dos lances pela proponente vencedora.
- 12.12.9 Para emissão da fatura/nota fiscal deverá confirmar com a Secretaria solicitante o CNPJ para faturamento.
- 12.12.10 Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade;
- 12.12.11 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso e a nota fiscal será devolvida à Contratada, cessando a contagem de prazo de pagamento até que a mesma providencie as medidas saneadoras. A contagem de prazo será reiniciada logo após a apresentação da nota fiscal com as correções necessárias, sem que acarrete qualquer ônus adicional para a Contratante, nem sequer prejuízo na prestação dos serviços/fornecimento dos produtos pela Contratada.
- 12.12.12 Os itens recebidos fora das especificações do objeto não serão considerados, e por consequência, não haverá pagamento até que o problema seja sanado.
- 12.13 Demais cláusulas relativas a critérios de medição e pagamento encontram-se pormenorizada no contrato.

### **13. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO VENCEDOR**

- 13.1 As formas e critérios de seleção do vencedor encontram-se pormenorizadas no Edital.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

## **14. ADMISSÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

14.1O objeto constante deste Termo de Referência NÃO PERMITE admissão de empresas consorciadas, tendo em vista o objeto não ser considerado de alta complexidade e/ou grande vulto.

14.1.1 A admissão de consórcio para objeto de baixa complexidade e/ou de pequeno valor não poderá ser realizada, uma vez que permite a união de concorrentes que poderiam disputar entre si, violando o princípio da competitividade.

## **15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

15.1 Estima-se um custo total de R\$ 208.173,26 (Duzentos e oito mil, cento e setenta e três reais e vinte e seis centavos), para esta contratação.

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1 O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente contratação correrá à conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, pelo elemento abaixo:

425 – 17.001.2144.0010.0301.0009.33390000000000000000.150010020179;

426 - 17.001.2144.0010.0301.0009.33390000000000000000.160070000202;

427 – 17.001.2144.0010.0301.0009.33390000000000000000.162170000270.

## **17. REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**

17.1 Do Reequilíbrio Econômico – Financeiro:

17.1.1 O reequilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:

- a) Revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;
- b) Reajustamento de Preços;
- c) Repactuação de Preços;
- d) Atualização Monetária;

17.1.2 Com relação ao pedido de reequilíbrio econômico da Ata de Registro de Preços:

- a) O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser solicitado a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que comprovadas as causas do desequilíbrio contratual, e desde que presentes os seguintes requisitos:

I- comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- II- o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III- o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa da Contratada;
- IV- o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição devida pela Contratante;
- V- restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos da Contratada que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- V- o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

Parágrafo único - Caso o objeto licitado possua insumos/matérias-primas atrelados à moeda estrangeira, será de responsabilidade da Contratada a previsão do custo do seguro cambial na formação do seu preço, visando à mitigação dos riscos da variação de preços das commodities, assim como dos insumos/matérias-primas empregados na fabricação do bem, não sendo aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes das referidas variações.

- b) No tocante aos preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 01/04/2021.
- c) O prazo para tramitação do processo de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias a contar da data em que for protocolada a solicitação, que deve estar devidamente justificada, juntamente com os elementos que comprovam o aumento do custo do produto, como notas fiscais, planilha de custo, tabela de preços de órgãos oficiais.
- d) A justificativa deverá estar de acordo com a legislação, fundamentada acerca da existência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando a álea econômica extraordinária e extracontratual.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- e) Neste período a empresa deverá continuar atendendo as Ordens de Compra com os valores inicialmente registrados na licitação.
- f) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- g) A elevação dos preços de alguns produtos e/ou insumos, motivada por variação cambial regular, mercados suscetíveis às variações climáticas, entressafra, alta de matéria-prima, (fatores sazonais) não constitui fato superveniente capaz de alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por tratarem de fatores previsíveis, portanto já considerados na elaboração do preço proposto. Assim sendo, a sazonalidade, a variação do preço de mercado, efeitos causados por pandemias não são fatos que ensejam o direito ao reequilíbrio econômico. Bem como, a diminuição do retorno a ser granjeado pelo particular (LUCRO), NÃO GERA O DIREITO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO. Apenas gera Reequilíbrio um fato imprevisível de consequências incalculáveis, desde que seja verificado que o evento seja futuro e incerto; o evento ocorra após a apresentação da proposta e seja comprovado o desequilíbrio.
- h) Para a revisão de preços, a Contratada deverá comprovar a variação dos custos, por meio de documentos, bem como de planilhas comparativas, entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido, evidenciando o aumento ocorrido nos preços e que se tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.
- i) Para a solicitação de Reequilíbrio Econômico a contratada deverá entregar o pedido de reequilíbrio, contendo as seguintes informações:
- I- Número Nome da empresa, endereço completo e CNPJ;
  - II- Do Processo Licitatório, Contrato e Ano;
  - III- Pedido inicial por parte da contratada descrevendo toda situação do ocorrido informando quais itens necessita de análise, bem como embasamento no ordenamento jurídico e reportagens extraídas de páginas eletrônicas confiáveis que corroborem a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito;
  - IV- Planilha aberta contemplando detalhadamente dos valores que deram base para a formação de preços na época da proposta;
  - V- Planilha aberta contemplando detalhadamente dos valores atuais apontando os itens





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

em desequilíbrio;

VI- Planilha comparativa do custo dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio indicando o valor que a empresa busca a ser reequilibrado pela administração;

VII- Documentação comprobatória da ocorrência do evento que produziu o desequilíbrio entre os custos estimados e os efetivamente existentes, tais como:

- Notas fiscais da época da proposta e do momento da solicitação (deverá constar a mesma marca, quantidade aproximada e fornecedor do produto indicada na proposta comercial da licitação, dispensa ou inexigibilidade);
  - Lista de preços de fabricantes;
  - Escriturações fiscais e contábeis entre outros.
- j) Poderá o Setor de Contratos e Aditivos solicitar outros documentos que a administração entender pertinentes a depender do caso concreto, para verificação dos valores solicitados e aprovação.
- k) Não será analisado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando o requerimento foi instruído somente com notas fiscais do período entre a elaboração da proposta e o pedido de revisão, sem que seja demonstrado de forma clara e precisa o fato imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, justificador da revisão.
- l) Durante o período de análise, a Contratada deverá cumprir as ordens de compra emitidas e encaminhadas para a empresa ANTES de protocolado o pedido de reequilíbrio. Caso a empresa não cumpra com suas obrigações, será aberto processo administrativo para aplicação.
- m) Para a verificação dos fatos a administração irá elaborar novo orçamento dos itens solicitados. O orçamento atualizado deverá conter as mesmas fontes de pesquisa utilizada para a elaboração do Orçamento de Referência do Processo Licitatório. Caso não seja possível, será utilizado orçamentos fornecidos por estabelecimentos da região e/ou Fonte de Preços. Os orçamentos devem seguir o padrão de pesquisa para formação de preços.
- n) Será aplicado o mesmo desconto de licitação dado pela empresa sobre o orçamento atualizado;
- o) Caso o valor do item reequilibrado esteja inferior ao Orçamento de Referência a administração comunicará sua manifestação via Ofício indeferindo o pedido da empresa.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

A mesma não será liberada de seu compromisso e deverá atender todas as Ordens de Compra.

- p) Caso o valor do item reequilibrado esteja superior ao Orçamento de Referência a administração irá analisar cada caso individualmente e poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação das penalidades desde que cumpridas as Ordens de Compra em aberto antes do pedido.
- q) A administração poderá se valer de outras formas de análise para verificação da variação do item tais como índices divulgados por órgão oficiais.
- r) A mera oferta de preços inexequíveis no momento do certame não autoriza a realização de reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

#### 17.1.3 Reequilíbrio econômico-financeiro em caso de obras e serviços de engenharia

- a) Quando se tratar de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de obras e serviços de engenharia o pedido deverá ser solicitado na data de ocorrência do fato gerador, haja vista os requisitos ensejadores e necessários de comprovação.
- b) A contratada deverá protocolar na Secretaria Municipal gestora do contrato, o pedido de reequilíbrio do item no mês de compra ou execução do mesmo, pois na análise será considerado o custo referencial do item no mês da proposta e o custo referencial no mês do pedido protocolado pela empresa.
- c) Para os pedidos em que o contratado não executou o item no mês que protocolou o pedido, será considerado para verificar a variação do item o custo referencial do item no mês da proposta e o custo referencial nos meses em que houver medição do item.
- d) Contratos de obras a qual as medições já foram finalizadas e entregues não cabe pedido de reequilíbrio econômico financeiro.
- e) A contratada deverá protocolar o pedido de reequilíbrio, contendo as seguintes informações:
  - I. Nome da empresa, endereço completo e CNPJ;
  - II. Número do Processo Licitatório, Contrato e Ano;
  - III. Pedido inicial por parte da contratada descrevendo toda situação do ocorrido informando quais itens necessita de análise, bem como embasamento no ordenamento jurídico e reportagens extraídas de páginas eletrônicas confiáveis que corroborem a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito;
  - IV. Planilha aberta contemplando detalhadamente os valores que deram base para a formação





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

de preços na época da proposta e os custos atuais da empresa apontando os itens em desequilíbrio, indicado o valor que a empresa busca a ser reequilibrado pela administração;

V. Para os itens apontados que estão em desequilíbrio à contratada deverá apresentar documentação comprobatória da ocorrência do evento entre os custos estimados e os efetivamente existentes, tais como:

- Notas fiscais da época da proposta e do momento da solicitação (deverá constar a mesma marca, quantidade aproximada e fornecedor do produto indicada na proposta comercial da licitação, dispensa ou inexigibilidade);
- Lista de preços de fabricantes;
- Escriturações fiscais e contábeis entre outros;
- Tabela do Sistema de Referência de Preço (SINAPI, SICRO, BNDES).

17.1.4 Poderá o Setor de Contratos e Aditivos solicitar outros documentos que a administração entender pertinentes a depender do caso concreto, para verificação dos valores solicitados e aprovação.

- a) Não será analisado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando o requerimento não apresentar a documentação comprobatória necessária do ocorrido.
- b) No caso de Reequilíbrio Econômico, este deverá seguir as diretrizes da Planilha de composição orçamentária utilizada para formulação de preço pela prefeitura baseada nos sistemas de referência de preço (SINAPI, SICRO, BNDES). O impacto financeiro a ser considerado no cálculo do reequilíbrio é a diferença entre a variação do custo referencial no mês da proposta e o custo referencial no mês do pedido de reequilíbrio protocolado pelo contratado, excluindo-se o lucro referencial do BDI.

c) A equação a ser utilizada é representada na seguinte fórmula:

Onde:

CSMP = Custo Sinapi mês da proposta

CSMPE = Custo Sinapi Mês Protocolo da  
Empresa V= Porcentagem de Variação do

Custo.

CC = Custo

Contratual R1=





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

Custo Reequilibrado

R = Custo de Recomposição

RBDI – Lucro = Custo de Recomposição com BDI –

lucro QR = Quantidade Remanescente

V Reequilibrio = Valor a ser Reequilibrado

I. Para a Variação dos Custos considerar o custo referencial Sinapi as datas estipuladas sem a incidência do BDI:

Custo Sinapi no (mês/ano) da Proposta = CSMP

Custo Sinapi no (mês/ano) do Pedido protocolado pela empresa = CSMPE

II. Cálculo da Variação:

$V = (CSMPE - CSMP) / CSMP$

V = Porcentagem de variação do custo.

III. Aplicar V sobre o Custo Contratual (CC) (sem BDI) para obter o Custo Reequilibrado (R1)

$R^1 = CC * (1 + V)$

R1 = Custo Reequilibrado

IV. A diferença entre o Custo Reequilibrado (R<sup>1</sup>) e o Custo Contratual (CC) representa o Custo de Recomposição (R):

$R = R1 - CC$

R = Custo de Recomposição

V. Descontar o lucro na equação do BDI referencial da proposta. A Multiplicação do Custo de Recomposição (R) sobre o BDI – lucro representará o Custo de Recomposição com BDI – lucro (RBDI – Lucro)

$RBDI - Lucro = R * BDI - Lucro\%$

RBDI – Lucro = Custo de Recomposição com BDI – lucro

VI. O Custo de Recomposição com BDI - lucro (RBDI – Lucro) multiplicado pela Quantidade Remanescente (QR) representará o Valor a ser Reequilibrado (VReequilibrio).





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

$V_{\text{Reequilíbrio}} = QR * RBDI - \text{Lucro}$

$V_{\text{Reequilíbrio}} = \text{Valor a ser Reequilibrado}$

- d) A administração somente irá analisar os pedidos nos quais a porcentagem de variação seja maior que o Lucro Referencial estabelecido no item.
- e) Considerando o princípio da economicidade, se o valor do cálculo da contratada ficar abaixo do cálculo da Secretaria, o valor a ser adotado será o apresentado pela Contratada.
- f) Quando o desequilíbrio comprovadamente for positivo, será aplicado sobre o saldo Remanescente Contratual do item na data de protocolo do pedido, ou quando for o caso, quando houver medição do item.
- g) Concedido reequilíbrio econômico-financeiro de todos os itens do contrato, inicia-se novo prazo para contagem de reajuste ou reequilíbrio futuro. Significa dizer que novo prazo começa a contar por inteiro para o próximo procedimento de reajuste ou reequilíbrio cabível na data que foi concedido o reequilíbrio.
- h) Na hipótese de somente alguns itens serem reequilibrados e o contrato vir a sofrer um reajuste, os itens reequilibrados serão expurgados para fins do cálculo de reajuste, evitando assim a sobreposição de parcelas concedidas, da mesma forma nos casos em que o contrato sofrer reajuste antes de concedido um Reequilíbrio, esta porcentagem deverá ser expurgada do cálculo para que não haja sobreposição de pagamento.
- i) Ao receber o pedido de reequilíbrio a administração terá o prazo de 30 dias para fazer a análise, contados a partir da disponibilidade da Tabela de Referência de Preços do mês do pedido e encaminhar uma resposta à contratada. Durante esse período de análise, a contratada não poderá paralisar os serviços. Caso a contratada não cumpra com suas obrigações, será aberto processo administrativo para aplicação das penalidades previstas em lei.

## 17.2 Do reajuste:

17.2.1 Os contratos com vigência menores de 12 meses (365 dias), não poderão sofrer reajustes, sendo os preços irreajustáveis.

17.2.2 Os contratos somente podem sofrer reajustamento de preços se tiver prazo de duração superior a 12 (doze) meses. As Atas de Registro de Preços poderão ser reajustadas no momento de sua prorrogação, após 12 meses de vigência. O índice utilizado para





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

obras e serviços de engenharia é o INCC/DI – Índice Nacional da Construção Civil – Disponibilidade Interna. O índice utilizado para os contratos de fornecimento de bens/prestação de serviços comuns é o INPC - Índice Geral de Preços ao Consumidor.

17.2.3 A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data do orçamento estimado, até um ano posterior a este orçamento, devendo seu termo estar fixado no contrato e será aplicada das seguintes formas:

- a) No caso do contrato sofrer mais de uma prorrogação e gerar o direito de reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido; se o mesmo sofreu atualização monetária antes de sua execução a data para o próximo reajustamento será a data da atualização monetária;
- b) No caso do contrato sofrer reequilíbrio econômico em sua totalidade, a periodicidade anual do reajuste passará a ser a data da aplicação do reequilíbrio, ou seja, será concedido após 12 meses do reequilíbrio;
- c) No caso de reequilíbrio parcial dos itens do contrato/Ata, estes serão suprimidos do cálculo de reajuste anual, do período anual a qual sofreu o reajustamento.

17.2.4 Quando houver atraso na entrega do objeto ou na execução dos serviços por culpa da contratada, e que por isso gerou a prorrogação por prazo do contrato, o reajuste não será devido e nem obrigatório pelo Município de Palhoça;

17.2.5 O reajuste somente será concedido mediante o pedido da empresa. Se a contratante aceitar a prorrogação/renovação de contrato, sem o pedido de reajuste, este não será concedido e portanto, a contratada não terá direito ao reajuste do período.

17.2.6 Se a empresa até o término do contrato ou da obra não solicitou pedidos de reajuste o mesmo terá seu direito precluso;

17.2.7 A contratada deverá efetuar a medição parcial dos serviços na data de aniversário do direito de reajuste, de modo a identificar, claramente, quais os serviços que foram executados antes e depois da referida data. Somente os serviços que forem realizados a partir da data de aniversário terão direito ao reajuste; Ex: A data do orçamento é 20/05/2021 terá direito ao reajuste ao final de 12 meses do orçamento, ou seja 20/05/2022, isso significa dizer que as medições apresentadas até o dia 20/05/2022 não serão reajustadas, e a aplicação do reajuste acontecerá do período de 20/05/2021 à 20/05/2022 e será aplicado a partir da próxima medição após 20/05/2022.

17.2.8 O Município de Palhoça se reserva o direito no acréscimo ou supressão sobre a





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

variação das quantidades, atendendo às suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos da lei e suas alterações.

### **17.3 Da repactuação contratual:**

17.3.1 Na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, ou seja, na composição dos valores referenciais deve estar descrito a convenção ou dissídio coletivo de trabalho utilizado.

17.3.2 O direito à repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo do trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra. Os demais itens e custos do processo que compõem a planilha de custo seguirão as regras do reajustamento de contrato e o índice definido em contrato.

17.3.3 **Parágrafo Único:** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos e trabalho das categorias envolvidas na contratação.

17.3.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

17.3.5 A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer a preclusão lógica de exercer o seu direito.

17.3.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

17.3.7 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

17.3.8 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas conforme descrito em aditivo de contrato/apostilamento acordado entre as partes.

#### **17.4 Da atualização monetária:**

17.4.1 Quanto à Atualização Monetária do contrato, fica estabelecido que:

- a) A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, quando a proposta ultrapassar o prazo legal estabelecido em edital, dessa forma a contratante antes da assinatura do contrato se o prazo for ultrapassado a contratada poderá solicitar a atualização. O índice utilizado deverá ser o estabelecido no contrato e se houver a atualização monetária do mesmo, a data para futuro reajustamento se contará a partir desta atualização.

#### **18. SANÇÕES**

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, O LICITANTE que, com dolo ou culpa:

18.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4 Comportar-se de modo a ensejar o retardamento da execução do certame, em especial quando:





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- a) Quando convocado, solicitar dilação de prazo previamente definido, e, mesmo após concedida a prorrogação, não cumprir com a obrigação;
  - b) Apresentar interposição de recurso meramente protelatório, bem como solicitar o prazo para manifestação e não apresentar os memoriais recursais, visando apenas tumultuar o certame.
- 18.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.6 Fraudar a licitação;
- 18.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1 Advertência;
  - 18.2.2 Multa;
  - 18.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
  - 18.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 18.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
  - 18.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 18.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 18.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4 **Da dosimetria das penas:**





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

18.4.1 Infrações cometidas durante a fase de disputa da licitação:

Natureza da infração	Sanção administrativa	Prazo	Multa
Deixar de entregar documentação, amostra ou qualquer outra informação exigida para o certame (subitem 17.1.1).	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços vencedora.
Não manter a proposta (subitem 17.1.2).	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços vencedora.
Não assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (subitem 17.1.3).	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços vencedora.
Ensejar o retardamento da execução do certame (17.1.4).	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto licitado.
Fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa (subitem 17.1.5)	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública <b>e/ou</b> Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública	24 meses	30% do valor do total objeto licitado.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (subitens 17.1.6, 17.1.7 17.1.8 e 17.1.9).	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública <b>e/ou</b> Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública	24 meses	30% do valor total do objeto licitado.

18.4.2 Infrações cometidas durante a execução contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	SANÇÃO	PRAZO	MULTA
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	Impedimento de Licitar e Contratar com a	06 meses	4,0% por dia





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

		Administração Pública		
02	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	06 meses	4,0% por dia
03	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	3,2% por dia
04	Fornecer informação pérfida acerca da entrega/troca/substituição de produto por ocorrência.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	06 meses	0,4% por dia
05	Não efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato/Ata de Registro de Preços; por dia e por ocorrência;	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	3,2% por dia
06	Não efetuar a reposição de produtos danificados e/ou com defeito no prazo de garantia, por motivo e por dia;	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	06 meses	1,6% por dia
07	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO por ocorrência.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	0,8% por dia
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	06 meses	0,8% por dia
09	Não ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em equipamentos, dados, etc.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	0,4% por dia
10	Não substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do	Impedimento de Licitar e Contratar com a	06 meses	0,2% por dia do valor total do





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

	Município de Palhoça, por funcionário e por dia;	Administração Pública		Contrato/Ata de RP
11	Não entregar os produtos no prazo definido, por dia de atraso na entrega dos produtos, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nesse edital, como também a inexecução total do contrato/ata de RP.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	1% por dia do valor dos serviços/materiais entregues com atraso
12	Dar causa a rescisão do contrato/ata de RP, ocasionando na rescisão por ato unilateral da administração.	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública	12 meses	10,0% do valor total do Contrato/Ata de RP

18.4.3 Para as infrações não previstas na tabela de sanções acima, fica estabelecido os seguintes percentuais para aplicação de penalidades, incidente sobre o valor total do Contrato/Ata de RP:

- 0,3% por dia, para infrações leves;
- 2,0% por dia, para infrações médias;
- 3,5% por dia, para infrações graves;

18.5 **DA REINCIDÊNCIA** - Será considerada como infração reincidente aquela cometida por mais de uma vez dentro do período de 12 (doze meses), tendo sua origem o mesmo motivo e/ou natureza.

18.5.1 Na hipótese de reincidência, na aplicação das sanções, a nova sanção deve ser aplicada em prazo equivalente ao dobro da aplicada anteriormente.

18.5.2 Na hipótese de reincidência, na aplicação das multas, a nova multa deve ser aplicada em percentual equivalente ao dobro da aplicada anteriormente.

18.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

18.10 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

18.11 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

18.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atílio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

18.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

18.18 As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21;

18.19 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.20 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**18.20.1 PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

financeiro multilateral promover inspeção.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 19.1 Entregar o produto, em prazo não superior ao máximo estipulado neste termo de referência.
- 19.2 Entregar o produto de acordo com as especificações estipuladas neste termo de referência.
- 19.3 Cumprir os prazos de garantia, quando houver.
- 19.4 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 19.5 Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.
- 19.6 Atender as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.
- 19.7 Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- 19.8 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração.
- 19.9 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referidas aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Palhoça.
- 19.10 Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Palhoça ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 19.11 Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o transporte e descarga dos materiais nos locais de entrega
- 19.12 Realizar diretamente a entrega do material, sem transferência de responsabilidades ou sub-rogações não autorizadas pelo Contratante.
- 19.13 Reparar ou substituir, às suas expensas, os materiais em que se verificar em defeitos ou materiais nos prazos estabelecidos.
- 19.14 Arcar com o ônus advindo das horas extras, encargos sociais e outras despesas que venha a incidir sobre o seu pessoal, quando houver prestação de serviço.
- 19.15 Solicitar prorrogação de prazo, por escrito e devidamente justificado, quando não for possível cumpri-lo.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

- 19.16 Dispor de meios próprios de transporte para atendimento das suas obrigações contratuais
- 19.17 Fornecer contatos atualizados, e em caso de alteração informar a Contratante com antecedência.
- 19.18 Indenizar a Contratante quando ocorrerem danos, avarias, extravios ou inutilização de objetos pertencentes à Contratante ou terceiros.
- 19.19 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante em até 48 (quarenta e oito) horas.
- 19.20 Assegurar à Contratante o direito de fiscalizar, sustar e recusar qualquer material que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas do edital.
- 19.21 Dar ciência por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade verificada na entrega do produto
- 19.22 Substituir, sempre que solicitado pela Contratante, qualquer empregado cuja atuação seja julgada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória, quando na prestação de serviço.
- 19.23 Atender as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.
- 19.24 Encaminhar em até 48 (quarenta e oito) horas, relatórios referentes ao objeto, sempre que solicitado pela Contratante.
- 19.25 Fornecer contatos atualizados, e em caso de alteração informar a Contratante com antecedência.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 20.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.
- 20.2 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a aquisição dos bens objeto.
- 20.3 Rejeitar em todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 20.4 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- 20.5 Comunicar à Contratada, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para correção das falhas.
- 20.6 Analisar e autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Contratada, desde que atendidas as condições previstas.
- 20.7 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- 20.8 Notificar a Contratada, no caso de ocorrências/irregularidades com o fornecimento dos





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Av. Atilio Pedro Pagani, 855 – 3º andar - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.  
FONE: 3047-5557 – CNPJ: 12.092.636/0001-90 – CEP: 88132-149  
e-mail: [licitacao0.saudepalhoca@gmail.com](mailto:licitacao0.saudepalhoca@gmail.com)

produtos.

20.9 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

20.10 Rejeitar o produto entregue fora das especificações.

## **21. SUBCONTRATAÇÃO**

21.1 O Município de Palhoça não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

Palhoça/SC, 03 de março de 2026.

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**

Secretário Municipal de Saúde

